

# Competitividade e políticas públicas para o agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas

---

*Luis Carlos G. de Magalhães\**

*Frederico A. Tomich\**

*Fernando Gaiger Silveira\**

**A** crescente dependência de recursos internacionais para financiar o balanço de pagamentos do País, após a estabilização de preços com um regime de câmbio apreciado, foi e tem sido apontada por vários analistas como um dos pontos de vulnerabilidade para a retomada de taxas mais altas de crescimento do PIB<sup>1</sup>.

No marco geral de formulação de política econômica pós-Plano Real e do primeiro Governo Fernando Henrique, a dependência de recursos do mercado financeiro internacional não colocaria em risco a estabilização e a retomada do crescimento, se duas condições subjacentes fossem atendidas. A primeira seria a existência de fluxo contínuo e abundante de recursos externos dispostos a financiar o déficit das contas externas brasileiras; isso supunha que os mercados financeiros internacionais continuariam operando, pelo tempo necessário, em condições convencionais, sem crises de confiança que ocasionassem a ruptura dos fluxos de investimento internacionais para os países emergentes. A segunda condição seria que o novo ambiente da economia, moldado pela estabilização de preços, abertura comercial, privatizações e liberação dos fluxos de capital, intensificasse a concorrência nas estruturas de mercado, pressionando as empresas domésticas a obterem ganhos de competitividade. A abertura comercial, mais especificamente, induziria a realocação de recursos de longo prazo nos setores mais eficientes da economia, segundo parâmetros de preços

---

\* Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de Brasília.

Os autores agradecem os comentários e subsídios dos colegas da Coordenação de Políticas Públicas da Diretoria de Planejamento e Políticas Públicas do IPEA, em especial José Garcia Gasques, Carlos M. Villa Verde e Júnia Cristina Conceição. Como de praxe, os eventuais erros e omissões são de inteira responsabilidade dos autores.

<sup>1</sup> Para uma discussão das várias fases do debate sobre a vulnerabilidade externa e a restrição ao crescimento, ver Buratini (1998).

internacionais, determinando, portanto, ganhos de competitividade futuros. A idéia geral, nesse sentido, é que a economia brasileira passaria por profunda transformação, ao fim da qual estaria apta a reinserir-se de forma competitiva no mercado internacional.

Em outras palavras, o processo de reestruturação da economia brasileira possibilitaria um novo ciclo de investimentos privados, com incremento de produtividade, inaugurando um “círculo virtuoso” de crescimento (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997, p.27). A recuperação de saldos positivos da balança de comércio, em um momento posterior, garantiria, por sua vez, a solvência dos passivos de propriedade estrangeira. Dessa forma, ao longo da trajetória de ajustamento da economia brasileira, que supunha um novo regime fiscal com menor absorção da poupança privada, a necessidade de financiamento internacional privado perderia importância.

Evidentemente, o processo de reestruturação produtiva apresentaria aspectos negativos, como aumento da concentração econômica nos mercados, desnacionalizações e aumento do desemprego e dos coeficientes de importações da indústria e da agricultura. No entanto seria o preço a pagar pelo incremento da produtividade e obtenção de ganhos de competitividade. Particularmente no caso da desarticulação (em um primeiro momento) de cadeias produtivas pela importação<sup>2</sup>, esperar-se-ia um processo posterior de reinternalização da produção, com o “adensamento das cadeias produtivas”, resultando em economias de custos. Para alguns *policy makers* do Governo Fernando Henrique, o processo de reestruturação produtiva poderia ser consolidado e feito em menor tempo, minorando, portanto, seus efeitos negativos por meio de uma **política de investimento e competitividade** (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997, p.30). Vale observar que a necessidade de tal política nunca foi consensual dentro do conjunto de formuladores de política econômica do Governo.

No caso específico da reestruturação do setor agroindustrial, guardadas suas especificidades em termos de pulverização da produção e de risco da agricultura, valeriam, em linhas gerais, os objetivos a serem perseguidos pela indústria: adensamento das cadeias produtivas, modernização tecnológica e aumento do valor agregado das exportações. Aos empresários caberiam a maior responsabilidade na melhoria da coordenação nas cadeias agroindustriais e a busca de uma gestão integrada de negócios, de forma a assegurar ganhos de

---

<sup>2</sup> Para a análise da evolução dos coeficientes importação na indústria, ver Haguenaer; Markwald e Pourchet (1997). A evidência obtida pela autora mostra um incremento significativo dos coeficientes de importação de várias agroindústrias tradicionalmente competitivas, como papel e celulose e óleos vegetais.

produtividade e qualidade, que garantissem a competitividade no médio e no longo prazo. Um obstáculo importante para a melhoria da competitividade do setor seria removido na medida em que a privatização dos setores de infra-estrutura reduzisse o Custo Brasil (BARROS; MIRANDA, 1998, p.25).

Nesse cenário de intensificação da concorrência no setor agroindustrial, é importante recuperar que a crise fiscal do Estado brasileiro já ocasionou, nos anos 80, uma redução significativa de recursos públicos aplicados na agricultura. No entanto as exportações de produtos agrícolas e agroindustrializados brasileiros, mesmo com a apreciação cambial pós-estabilização, continuaram respondendo positivamente, quando comparadas às exportações industriais. Aparentemente, para os *policy makers* do Governo, não haveria maiores preocupações com as especificidades da reestruturação produtiva na agricultura, pelo menos em relação à sua parcela empresarial. Os eventuais problemas de reestruturação das indústrias a montante e a jusante das cadeias agroindustriais poderiam ser solucionados pelos programas de incentivo à competitividade da indústria. Programas estes que, diga-se de passagem, nunca tiveram uma decisão clara por parte do Governo, refletindo, em parte, a não-resolução, dentro do Governo, do debate sobre a necessidade e a natureza de uma política industrial.

De maneira geral, as políticas públicas dirigidas ao setor agroindustrial e, principalmente, para a agricultura continuaram, após a estabilização, condicionadas por dois vetores básicos — abertura econômica e crise fiscal —, que acentuavam a necessidade de ganhos contínuos de competitividade (BARROS, 1998). Os *policy makers* do Governo Fernando Henrique enfatizariam três focos prioritários de atuação: um novo sistema de crédito agrícola e de gerenciamento de risco com menor participação pública<sup>3</sup>; uma reforma tributária que desse maior incentivo à produção e à competitividade; e uma política comercial que compensasse práticas desleais de comércio e subsídios de origem (BARROS, MIRANDA, 1998). A capacidade do setor agroindustrial de manter e ampliar sua capacidade competitiva no médio e no longo prazo seria contemplada de forma indireta pela reforma tributária e pela redução dos custos de infra-estrutura de transporte.

A estratégia de ajustamento da economia brasileira e de reestruturação produtiva, descrita de forma bastante sumária acima, teve seu horizonte de tempo estreitado pela crise asiática. O tempo necessário para que a reestruturação

---

<sup>3</sup> A disponibilidade de recursos públicos da política agrícola deveria ser direcionada para a agricultura familiar, por meio de programas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

competitiva da produção nacional se completasse e seus resultados aparecessem em saldos positivos da balança de comércio parece ter se reduzido drasticamente. Mesmo que os mercados financeiros se estabilizem, é difícil acreditar que os fluxos de capitais para os países emergentes, inclusive o Brasil, retomem os montantes e custos observados antes da crise. Nesse sentido, tem sido recolocada na agenda de discussão, ainda que de forma incipiente, a necessidade de se repensarem as formas e os instrumentos da atuação do Estado no processo de reestruturação produtiva<sup>4</sup>. Os mecanismos de mercado, quando considerados isoladamente, podem ser insuficientes para que essa reestruturação se dê na intensidade e no tempo requeridos pelo novo cenário econômico internacional. Do ponto de vista do setor agroindustrial, tradicionalmente competitivo e superavitário em termos de comércio exterior, a questão é avaliar sua capacidade de ampliar seu esforço exportador no quadro atual de políticas públicas para o setor.

O objetivo deste trabalho é caracterizar, em linhas gerais, a evolução recente de algumas políticas públicas que afetam de forma mais acentuada a competitividade do setor agroindustrial, principalmente da agricultura, e, portanto, seu desempenho no comércio internacional. Procura-se discutir, mesmo de forma preliminar, em que medida essas políticas garantem a manutenção e a ampliação da competitividade internacional dos produtos agroindustrializados brasileiros, considerando a maior urgência de reverter o desempenho negativo da balança de comércio. Deve ser advertido que o trabalho tem muito mais a pretensão de fornecer algumas indicações e levantar hipóteses do que ter respostas cabais a essas questões.

O trabalho está organizado da seguinte forma. No primeiro item é analisada a política de financiamento agrícola, principalmente as mudanças ocorridas no crédito rural e a mudança do padrão de intervenção do Governo nessa área. No segundo, são analisadas as políticas de gasto público mais diretamente ligadas à competitividade de médio e longo prazos da agricultura. No terceiro, procura-se avaliar o desempenho de comércio exterior dos produtos agroindustrializados brasileiros e os eventuais problemas de sustentabilidade e ampliação desse desempenho no médio e no longo prazo. O último item sintetiza os principais resultados.

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, são reveladores o recente documento elaborado pelo Instituto de Economia do Desenvolvimento Industrial (IEDI), ligado a uma parcela do empresariado industrial e as declarações dadas na imprensa pelo novo presidente da FIESP, Horácio Piva.

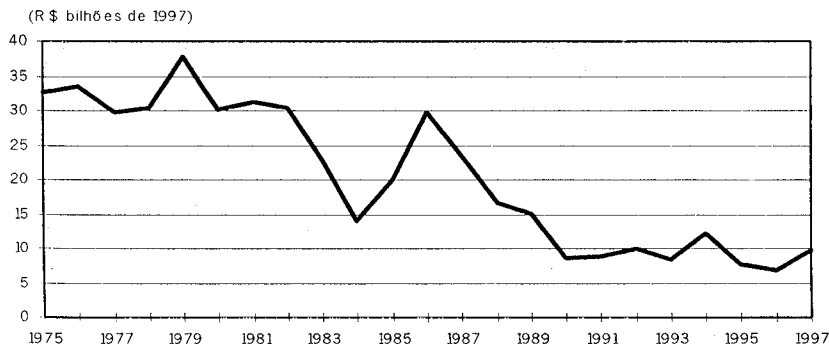
## 1 - A política de financiamento da agricultura

Nos anos 90, o financiamento da agricultura manteve valores bem abaixo daqueles concedidos durante a década de 70, bem como dos valores observados nos anos 80. O Gráfico 1 mostra uma série histórica dos valores dos financiamentos concedidos aos produtores e cooperativas, onde se observa claramente a tendência de queda no volume dos recursos para o setor. Durante a segunda metade da década de 70, o montante dos recursos para crédito rural somava cerca de R\$ 30 bilhões anuais, chegando a alcançar o volume de R\$ 38 bilhões em 1979. Observa-se uma mudança de patamar durante os anos 80, quando os recursos diminuíram para cerca de R\$ 20 bilhões, exceto em 1986. Nos anos 90, acentuou-se o processo de contração dos recursos, com uma redução aproximada de 50%, situando-se num patamar abaixo de R\$ 10 bilhões anuais, salvo no ano de 1994, quando totalizaram R\$ 12 bilhões. Concretamente, no triênio 1995-97, os desembolsos foram, em média, ainda menores do que os verificados no início dos anos 90. A previsão para 1998 é que tenha sido liberado um montante de recursos similar ao do ano anterior, o que significaria menos de 30% dos desembolsos observados nos anos 70 (GASQUES; CONCEIÇÃO, 1998).

Cabe observar, de outra parte, que a relativa recuperação ocorrida, entre 1996 e 1997, no montante do crédito rural, da ordem de R\$ 3 bilhões, deve-se aos financiamentos concedidos pelo Pronaf, que tiveram um incremento de R\$ 1 bilhão. O Pronaf respondeu, em 1997, por 13% dos empréstimos de custeio e por 37% dos empréstimos de investimento, o que aponta a importância que essa modalidade vem adquirindo dentro da política de crédito rural.

### Gráfico 1

**Evolução do crédito rural no Brasil — 1975-97**



FONTE: Gasques e Conceição (1998).

Essa forte redução do crédito rural foi acompanhada por uma substancial mudança nas fontes de recursos. A Tabela 1 mostra o financiamento da agricultura segundo a participação percentual das fontes de recursos. Observa-se uma queda acentuada da participação dos recursos do Tesouro Nacional, da poupança rural, dos Recursos Livres e dos Fundos Constitucionais. Por outro lado, aumenta expressivamente a participação dos Recursos Obrigatórios e do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Enquanto o crescimento dos recursos do FAT está fortemente relacionado ao crescimento dos financiamentos no âmbito do Pronaf, pois esta é sua principal fonte de recursos, o aumento dos recursos obrigatórios está ligado ao aumento dos depósitos à vista decorrente da cobrança da CPMF. Segundo as estimativas, os recursos oriundos dessas duas fontes — FAT e exigibilidades — cresceram, entre 1996 e 1997, respectivamente, 283% e 22%, sendo que não eram aportados recursos do FAT para o crédito rural em 1995.

As evidências apontam, portanto, uma substituição importante de fundos públicos por outras fontes de financiamento. A agricultura viu-se obrigada a recorrer crescentemente ao mercado privado de crédito. A participação dos bancos privados passou de 16,9% para 28,8% do total dos recursos aplicados entre 1995 e 1997, devido, em grande parte, ao crescimento de importância das exigibilidades (GASQUES; CONCEIÇÃO, 1998, p.20).

Paralelamente, o Governo mudou sua forma de atuação. A Tabela 2 apresenta a dotação dos recursos oficiais de crédito para a agricultura, segundo a finalidade. O Tesouro Nacional contraiu suas aplicações em custeio em cerca de 10 vezes entre 1995 e 1997, passando de US\$ 1.075.105 mil para US\$ 184.687 mil, e concentrou suas aplicações na equalização de juros. O mecanismo da equalização refere-se ao pagamento, pelo Governo (Tesouro Nacional), da diferença entre a taxa de juros de captação e a taxa de juros cobrada pelo tomador final (agricultor). As aplicações de custeio na forma de empréstimos diretos do Tesouro praticamente desapareceram em 1997.

A Tabela 2 mostra, também, a retração da participação do Governo no financiamento da comercialização dos produtos agrícolas, consistente com a estratégia de substituir a participação pública pela iniciativa privada. A participação privada no novo modelo de financiamento da agricultura ocorre em um cenário macroeconômico marcado por um patamar alto da taxa de juros. Isso afetou a capacidade de o setor privado ter maior participação na comercialização, principalmente no carregamento de estoques. Da mesma forma, o alto patamar da taxa de juros inibiu o desenvolvimento de novos instrumentos de gerenciamento de risco da agricultura que reduzam o papel do Governo.

Na Tabela 3, observa-se a evolução dos créditos aos produtores e às cooperativas, para a atividade agrícola, sem considerar os recursos alocados na

atividade pecuária, segundo a finalidade. Quando se analisa a evolução dos financiamentos dirigidos a custeio, investimento e comercialização, verifica-se que a participação do investimento se situa em um nível relativamente constante no total dos financiamentos. Os recursos aplicados na rubrica investimento englobam as aplicações em formação de culturas perenes, na melhoria das explorações agrícolas e na aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos para a agricultura. Ou seja, são itens que afetam diretamente a produtividade e, portanto, a competitividade de médio e longo prazos das atividades agrícolas. Não há indicações seguras sobre a intensificação do investimento na agricultura<sup>5</sup>, mesmo com o aumento dos contratos com esse item em 1997. Dado o acirramento da concorrência nos setores agrícola e agroindustrial, que exigem ganhos contínuos de produtividade, e dada a necessidade de aumento das exportações, a questão do investimento torna-se crucial para a manutenção e a ampliação da competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro no mercado mundial.

Tabela 1

## Fontes de recursos dos financiamentos à agricultura — 1995-97

FONTES	1995	1996	1997
Recursos do Tesouro .....	8,88	3,47	1,50
Recursos Obrigatórios .....	11,26	16,83	44,89
Poupança Rural .....	19,70	9,10	8,42
Recursos Livres .....	18,10	8,04	6,01
Fundos Constitucionais .....	15,35	14,85	5,64
Recursos dos governos estaduais .....	-	0,26	0,18
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) .....	-	21,92	18,43
Fundo Extramercado (FAE) .....	-	13,89	6,66
Recursos do Funcafe .....	-	-	3,60
Fundo de <i>commodities</i> .....	20,79	-	0,11
BNDDES/Finame .....	-	-	3,38
Recursos do INCRA/Procerá .....	0,26	-	0,46
Recursos de outras fontes .....	5,64	11,65	0,70
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

FONTE: GASQUES, José G. CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. (1998). **Financiamento da agricultura**. Brasília: IPEA. (mimeo).

<sup>5</sup> Trabalho recente da Cepal, coordenado por Bielschowsky (1998), mostra evidências de que o investimento industrial no setor de bens comercializáveis, no triênio 1995-97, não tem sido capaz de ampliar adequadamente a geração de divisas, caracterizando um ciclo curto de investimento. O setor agrícola carece de um estudo semelhante.

Tabela 2

Dotação de recursos das operações oficiais (Tesouro Nacional) de crédito para a agricultura, por finalidade — 1995-97

(US\$ mil correntes)

FINALIDADE	1995		1996		1997	
	Dotação	Execução	Dotação	Execução	Dotação	Execução
Custeio agropecuário .....	1 417 290	1 075 105	971 916	310 073	219 669	184 686
Conc. de empréstimo .....	606 959	506 591	271 842	37 310	4 638	557
Equalização .....	810 331	568 514	700 075	272 763	215 031	184 130
Comercialização .....	3 080 165	2 536 492	2 167 729	1 416 726	2 012 981	1 835 217
Empréstimos do Governo Federal .....	1 587 361	1 168 736	1 180 957	640 164	406 628	333 116
Conc. de empréstimo .....	588 012	473 755	170 250	126 552	206 535	140 445
Equalização .....	999 349	694 981	1 010 707	513 613	200 093	192 671
Aquisição do Governo Federal .....	1 492 804	1 367 756	986 772	776 562	1 606 353	1 502 101
Conc. de empréstimo .....	1 033 118	908 070	408 716	277 024	851 897	759 823
Equalização .....	459 686	459 686	578 057	499 537	754 455	742 278
<b>TOTAL</b> .....	<b>4 497 456</b>	<b>3 611 597</b>	<b>3 139 646</b>	<b>1 726 798</b>	<b>2 232 649</b>	<b>2 019 904</b>
Conc. de empréstimo .....	2 228 089	1 888 415	850 807	440 885	1 063 071	900 825
Equalização .....	2 269 367	1 723 181	2 288 839	1 285 913	1 169 579	1 119 079

FONTE: GASQUES, José G.; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. (1998) **Financiamento da agricultura**. Brasília: IPEA (mimeo).

Tabela 3

Crédito aos produtores e às cooperativas, na atividade agrícola, segundo a finalidade da aplicação — 1995-97

(US\$ correntes)

FINALIDADE	1995	1996	1997
	Valor dos Contratos	Valor dos Contratos	Valor dos Contratos
Custeio .....	3 685 644 148,63	3 888 093 313,40	5 202 229 473,25
Investimento .....	755 729 713,44	557 371 860,36	804 162 373,01
Comercialização .....	1 113 918 268,26	348 969 365,90	799 025 333,54
<b>TOTAL</b> .....	<b>5 555 292 130,33</b>	<b>4 794 434 539,67</b>	<b>6 805 417 179,81</b>

FONTE: GASQUES, José G.; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. (1998) **Financiamento da agricultura**. Brasília: IPEA (mimeo).

NOTA: Taxas de câmbio: 1995=0,9175; 1996=1,0051; e 1997=1,078.

Em linhas gerais, as evidências sobre a evolução da política de financiamento da agricultura, implementada pelo Governo após 1994, sugerem uma contração mais acentuada da participação dos recursos públicos nas atividades agrícolas, consistente com a estratégia geral do Governo. A oferta de recursos públicos para a agricultura foi reduzida. Em média, os montantes aplicados



foram inferiores, inclusive, aos desembolsos observados entre 1990 e 1994. O Tesouro Nacional concentrou volumes menores de recursos na equalização das taxas de juros. Quando se analisa a finalidade dos financiamentos, observa-se que os montantes aplicados em investimento não aumentam sua participação no total do crédito oficial.

As mudanças ocorridas na política de financiamento agrícola indicam que a prioridade básica do Governo foi reduzir a sua participação, obtendo, nesse sentido, inegável sucesso. Embora seja ainda difícil avaliar os efeitos da mudança de atuação do Estado no financiamento da agricultura, seguramente seus impactos não são neutros. A transição para um novo padrão de financiamento, que se desenha com a contração da participação do Estado, vai afetar diretamente os custos financeiros e a capacidade de investimento e de ampliação da produção da agricultura, com importantes implicações para a competitividade do setor.

Em termos gerais, as indicações sobre o comportamento do financiamento do setor agrícola sugerem a continuidade de uma estratégia de redução da participação dos recursos públicos. Da mesma forma, apontam uma mudança de direcionamento na aplicação desses montantes menores, assim como da origem dos fundos de financiamento. O aspecto preocupante é que não há evidências claras de quais fontes e mecanismos privados de financiamento possam estar substituindo o setor público. A atual política de juros elevados é um inibidor a mais para o desenvolvimento de instrumentos privados de financiamento à agricultura. Uma restrição do crédito afeta a capacidade de o agronegócio nacional aumentar sua produção e sua qualidade com custos menores. Dessa forma, a questão do financiamento do agronegócio, particularmente da agricultura, na medida em que não se consolida um novo padrão com maior presença do setor privado, é um fator que dificulta o incremento da participação nacional no mercado mundial de produtos agrícolas e agroindustrializados.

## **2 - A política de gastos públicos para a competitividade do setor agrícola**

O Governo Federal mantém um conjunto de programas que afetam diretamente a produtividade e a competitividade do setor agrícola. Esses gastos financiam o sistema público de geração e difusão de tecnologia, que constam nas rubricas "ciência e tecnologia" e "promoção e extensão rural". Outros programas tratam do financiamento de investimento em mecanização agrícola e da defesa sanitária vegetal e animal. As rubricas que apresentam os gastos com esses programas, selecionadas do Balanço Geral da União (BGU), são mostradas na Tabela 4.

Quando se considera a totalidade dos gastos com esses programas, verifica-se que, entre 1992 e 1995, houve uma redução dos gastos públicos. Os dispêndios nesses programas retomaram o patamar de financiamento de 1990 somente em 1996 e cresceram significativamente, mais de 50%, entre 1996 e 1997. Basicamente, isso acontece devido aos gastos com a rubrica 4.07. Nessa rubrica, segundo sua descrição, constariam os gastos com transferências a instituições privadas, pessoal, despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras. O crescimento substancial verificado nessa rubrica é devido, fundamentalmente, a uma nova classificação de gastos públicos na agricultura, com a centralização, nessa rubrica, dos gastos com pessoal dos diversos programas da função agricultura no BGU, bem como do aumento substancial dos gastos em inversões financeiras. Essa despesa passou de US\$ 287.636 mil para US\$ 920.846 mil entre 1996 e 1997. É provável que parte do aumento dessa despesa tenha ocorrido devido a alguma recuperação salarial do pessoal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Observando-se o total dos gastos com as rubricas de 4.10 a 4.40, que são aqueles que afetam mais diretamente a produtividade da agricultura, verifica-se uma recuperação do gasto, entre 1995 e 1996, para cair novamente em 1997. Neste último ano, o total de gastos com essas rubricas situava-se em menos de US\$ 500 milhões, como mostra a Tabela 4, montante ainda bastante inferior àquele observado no final dos anos 80 e início dos anos 90, quando atingiram mais de US\$ 1 bilhão, em 1991. Embora as constantes mudanças e reclassificações de gastos com programas da função agricultura, no BGU, dificultem uma análise mais precisa, tudo indicaria uma não-recuperação do nível dos gastos com os programas que mais diretamente afetam o crescimento da produtividade agrícola no médio e no longo prazo. Essa evidência é preocupante, na medida em que a abertura econômica e a valorização cambial intensificaram a pressão competitiva no setor, o que requer um crescimento contínuo da produtividade do setor para fazer frente a esse novo ambiente concorrencial.

Avaliando as despesas com programas ligados diretamente com a geração e a difusão de tecnologia agropecuária, classificados nas rubricas 4.10 a 4.18, também se constata que esses gastos não recuperaram os níveis observados no final da década de 80 e início da década de 90. Esses gastos têm impactos fundamentais no crescimento da produtividade de longo prazo do setor. São investimentos de longa maturação, e um corte abrupto de recursos inviabiliza anos de esforços, cuja recuperação demanda tempo. O comportamento dos gastos com os programas classificados nessas rubricas apresentou variações no período mais recente.

Tabela 4

Gastos voltados para a melhoria da produtividade  
e da competitividade — 1989-97

		(US\$ mil de 1995)				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	1989	1990	1991	1992	1993
4.07	Administração	2 205	-	-	-	-
4.08	Administração financeira	-	612 846	211 095	239 061	79 051
4.09	Planejamento governamental	7 266	-	-	-	-
4.10	Ciência e tecnologia	467 579	387 288	279 781	225 163	272 187
4.14	Produção vegetal	24 586	15 816	2 856	3 059	1 334
4.15	Produção animal	132 748	9 963	16 062	17 290	27 011
4.18	Promoção e extensão rural	369 607	460 726	752 178	104 877	47 230
4.40	Programas integrados	471	2 400	671	609	1 953
4.54	Recursos hídricos	471 125	439 754	367 685	280 244	308 988
7.14	Produção vegetal	-	-	-	-	-
7.15	Produção animal	-	-	-	-	-
7.18	Promoção e extensão rural	-	-	-	-	-
7.40	Programas integrados	-2 581	-18 333	14 920	9 284	-
7.54	Recursos hídricos	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1 478 167</b>	<b>1 947 125</b>	<b>1 645 249</b>	<b>879 586</b>	<b>737 754</b>
<b>TOTAL 4.10 a 4.40</b>		<b>994 991</b>	<b>876 193</b>	<b>1 051 548</b>	<b>350 998</b>	<b>349 715</b>
<b>TOTAL 4.10 a 4.18</b>		<b>994 520</b>	<b>873 793</b>	<b>1 050 878</b>	<b>350 389</b>	<b>347 763</b>

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	1994	1995	1996	1997
4.07	Administração	-	-	311 564	1 233 838
4.08	Administração financeira	8 939	136 100	417 263	297 874
4.09	Planejamento governamental	-	-	9 852	14 365
4.10	Ciência e tecnologia	323 668	423 279	516 511	113 383
4.14	Produção vegetal	3 492	5 469	10 757	26 610
4.15	Produção animal	29 622	39 370	16 231	59 508
4.18	Promoção e extensão rural	97 671	51 991	37 919	110 566
4.40	Programas integrados	1 993	5 956	119 999	168 573
4.54	Recursos hídricos	-	-	342 820	604 818
7.14	Produção vegetal	1 311	-	-	-
7.15	Produção animal	1 399	-	-	-
7.18	Promoção e extensão rural	-	-	-	-
7.40	Programas integrados	-	40 943	208 449	414 257
7.54	Recursos hídricos	400 296	363 393	659	68
<b>TOTAL</b>		<b>868 391</b>	<b>1 066 500</b>	<b>1 922 022</b>	<b>3 043 859</b>
<b>TOTAL 4.10 a 4.40</b>		<b>456 446</b>	<b>526 065</b>	<b>701 416</b>	<b>478 639</b>
<b>TOTAL 4.10 a 4.18</b>		<b>454 453</b>	<b>520 109</b>	<b>581 418</b>	<b>310 065</b>

FONTE: VILLA VERDE, Carlos M (1997) **Gastos governamentais voltados para a melhoria da produtividade e competitividade da agricultura** Brasília: IPEA. (Texto para discussão, 531).

No programa de ciência e tecnologia (4.10)<sup>6</sup>, ocorre uma queda significativa das despesas entre 1996 e 1997, o que se dá em função da transferência dos gastos de pessoal ("administração" e "treinamento de recursos humanos") para a rubrica "administração" (4.07), em 1997. Os gastos com pesquisa, especifi-

<sup>6</sup> Os gastos na rubrica "ciência e tecnologia" têm como subprogramas de maior expressão "administração" e "pesquisa tecnológica". Cabe citar, ainda, aqueles com gastos relativamente importantes: "levantamento do meio ambiente" e "treinamento de recursos humanos".

camente, permanecem no patamar de US\$ 100 milhões, no mesmo período. Esses gastos estariam ligados à geração de novas tecnologias para o setor agropecuário. É possível que a manutenção desses gastos nos patamares atuais implique uma falta de capacidade de fazer frente à necessidade de aumento de produtividade para manter ou ampliar a capacidade competitiva do setor agropecuário.

Os programas de produção vegetal (4.14) e produção animal (4.15) apresentam crescimento expressivo entre 1996 e 1997, basicamente por meio do aumento dos recursos transferidos aos estados. Nesses programas, estão alocados os gastos com a defesa sanitária vegetal e animal, que melhoram a qualidade dos produtos agropecuários. O incremento desses gastos reflete a necessidade de os produtos brasileiros apresentarem padrões de qualidade compatíveis com as normas sanitárias impostas por vários países desenvolvidos e pelos acordos regionais como o Mercosul. Embora esses programas tenham recebido incremento de recursos, dificilmente o montante ainda despendido pode ser considerado suficiente para uma ampla adequação da produção brasileira às normas internacionais. Em muitos casos, a não-adequação das normas de sanidade animal e vegetal aos padrões exigidos por importantes mercados no Exterior representa barreira expressiva à expansão das exportações brasileiras.

Os gastos com os programas de promoção e extensão rural (4.18) continuaram tendo um volume de recursos pouco expressivo. O crescimento significativo entre 1996 e 1997 deveu-se à retomada de gastos em "ordenamento econômico financeiro", sem se observar uma recuperação nos desembolsos nas atividades-fim ("cooperativismo" e "extensão rural"). A extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) representou a saída do Governo Federal desse tipo de atividade, deixando a responsabilidade desses serviços exclusivamente com as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) dos estados. Villa Verde (1997, p.29) defende que isso levou a uma queda na prestação desses serviços, principalmente nos estados que dependiam de recursos federais.

Em termos gerais, quando se avaliam os gastos com os programas das rubricas 4.10 a 4.18, que englobam o financiamento das atividades que mais diretamente vão afetar a produtividade do setor agropecuário no longo prazo, não se observa uma indicação de incremento de recursos na área de pesquisa e difusão de tecnologia. Os gastos que apresentaram crescimento são aqueles ligados à defesa sanitária vegetal e animal, para isso deve ter contribuído a necessidade de a produção nacional adequar-se às normas internacionais, ou mesmo regionais, como as negociadas no âmbito do Mercosul. Mesmo nesse caso, o volume de recursos alocados dificilmente pode ser considerado suficiente frente à necessidade de melhoria da qualidade dos produtos brasileiros, exigidas pelo mercado internacional.

### 3 - Competitividade e desempenho de comércio internacional do setor agroindustrial brasileiro

Uma das formas de se analisar a competitividade de um país é avaliar o desempenho de seus produtos no mercado internacional. A competitividade revelada<sup>7</sup> pelo desempenho do comércio exterior reflete um conjunto amplo de fatores, como as estratégias das firmas, dotação natural de recursos e de infra-estrutura e as políticas macroeconômica e de comércio exterior, dentre outros. Não permite, portanto, discriminar quais os fatores que incidem com maior peso na competitividade de um setor. Outro problema é que a competitividade revelada indica vantagens passadas, que não necessariamente vão se manter no tempo. No entanto fornece indicações se um determinado setor está perdendo, mantendo ou ganhando competitividade internacional. A avaliação do desempenho externo do setor agroindustrial sugere algumas pistas sobre sua competitividade atual e de sua capacidade potencial de contribuir para o esforço exportador. Tudo isso, tendo-se em mente o quadro de políticas públicas discutidas anteriormente.

Para avaliar a capacidade de o setor agroindustrial contribuir com o esforço exportador, inicialmente é necessário analisar como evoluiu a produção nacional. O Gráfico 2 mostra a evolução dos índices de quantidades produzidas e quantidade produzidas *per capita* dos seguintes produtos: soja, arroz, milho, algodão, feijão, café, laranja, batata, carnes de frango, suína e bovina, ou seja, produtos de grande relevância na pauta de exportação e no consumo alimentar interno.

A evolução do índice de quantidade mostra uma pequena tendência de crescimento da produção, com um desempenho melhor nos anos finais do período 1989-97, principalmente em 1994 e 1995. Segundo Homem de Melo (MELO, 1998, p.171), isso ocorre devido ao crescimento da produção das principais carnes. Entretanto o mesmo autor salienta que houve redução nas exportações de carne bovina e aumento nas suas importações<sup>8</sup>, no período 1994-96, tendo ocorrido, inclusive, queda da produção de carnes bovina e suína em 1997. Quando se considera a evolução da disponibilidade *per capita* da oferta dos principais produtos agropecuários, a situação é desfavorável. Observa-se uma tendência de queda da produção *per capita* no período 1994-97.

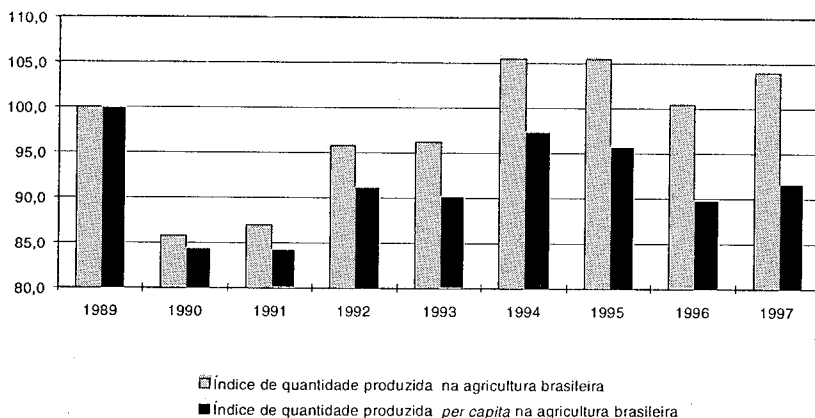
---

<sup>7</sup> Para uma discussão do conceito de competitividade revelada e da metodologia de construção de indicadores de competitividade revelada, ver Parente (1997).

<sup>8</sup> As exportações de carne bovina caíram de 371 mil para 232 mil toneladas entre 1994 e 1995. As importações, no mesmo período, passaram de 73 mil para 191 mil toneladas no mesmo período, segundo Homem de Melo (MELO, 1998, p. 171).

## Gráfico 2

**Evolução dos índices de quantidade produzidas e quantidades produzidas *per capita* por produtos agropecuários selecionados — 1989-97**



FONTE: Homem de Mello (1998).

As evidências sugerem um crescimento modesto da produção agropecuária e mesmo uma queda, quando se considera a produção *per capita* de um conjunto de produtos agropecuários importantes para o consumo interno e para a exportação. Embora a relação não seja direta, isso pode ser um entrave ao aumento dos saldos de comércio exterior, na medida em que se tem um grande contingente populacional com carência alimentar.

A Tabela 5 mostra os gastos médios mensais *per capita*, no domicílio, para uma cesta de 29 produtos alimentares básicos<sup>9</sup>. Como pode ser observado, os

<sup>9</sup> A relação desses produtos alimentares básicos é a que segue: feijão; arroz; aves frescas, resfriadas e congeladas; carnes bovina, suína, caprina, bufalina, ovina frescas, resfriadas e congeladas; óleos vegetais comestíveis; margarinas vegetais; ovos; leite fluido e em pó; pão francês; massas alimentícias, não cozidas nem recheadas ou preparadas de outro modo; farinha de mandioca; farinha de milho ou fubá, excluídos os pré-cozidos; café torrado e moído; banana e laranja, exceto quando destinados à industrialização; batata, cebola, tomate e cenoura, exceto quando destinados à industrialização; alface, repolho, couve, chicória, exceto quando destinados à industrialização; açúcar refinado e cristal; sal.

dispêndios *per capita* para as famílias é ainda bastante reduzido, embora se saiba que houve um aumento de consumo alimentar com a estabilização de preços. Um aumento de renda e a melhoria de sua distribuição provocarão impactos na capacidade de o setor agropecuário gerar saldos de comércio exterior, pois pode ocorrer tanto uma redução de excedentes exportáveis como um aumento das importações, caso a oferta não cresça no ritmo necessário.

Tabela 5

Dispêndio médio mensal familiar *per capita* com produtos alimentares selecionados por estratos de renda em salários mínimos nas Regiões do Brasil — 1996

(R\$ de set./96)

REGIÕES E UFs	MÉDIA	ATÉ 2 SM	DE 5 A 6 SM	MAIS DE 30 SM
<b>Região Sul</b>				
Paraná .....	22,31	17,99	24,26	36,21
Santa Catarina .....	22,89	18,27	24,25	33,25
Rio Grande do Sul .....	23,61	19,25	19,46	28,01
<b>Região Sudeste</b>				
Espírito Santo .....	22,49	12,27	27,38	32,97
Minas Gerais .....	21,74	13,15	26,52	31,73
Rio de Janeiro .....	24,70	14,67	22,40	43,54
São Paulo .....	22,16	19,06	24,32	28,06
<b>Região Centro-Oeste</b>				
Goiás .....	17,24	11,58	19,41	26,07
Mato Grosso do Sul .....	20,74	16,08	23,98	35,59
Mato Grosso .....	16,51	10,20	20,28	21,77
Distrito Federal .....	27,04	17,26	26,90	35,45
<b>Região Nordeste</b>				
Alagoas .....	19,67	15,38	24,37	31,90
Bahia .....	17,89	12,89	18,84	43,80
Ceará .....	19,39	14,54	24,31	35,70
Maranhão .....	17,96	14,24	22,15	45,32
Rio Grande do Norte .....	19,37	14,56	23,52	32,47
Paraíba .....	18,55	13,57	25,19	31,92
Pernambuco .....	19,41	14,01	24,71	36,04
Piauí .....	17,66	13,14	28,71	28,84
Sergipe .....	19,59	14,95	25,94	28,63

FONTE. MAGALHÃES, Luís Carlos G. et. al. (1998) **Avaliação dos impactos das desoneração do ICMS dos produtos da cesta básica**. Brasília: IPEA. (Estudo especial para o Cotepe/Confaz).

A balança de comércio internacional fornece algumas indicações iniciais sobre o desempenho competitivo do setor agroindustrial, embora seja insuficiente para uma análise mais profunda da sua competitividade, pois não dá indicações da evolução da posição relativa do País no mercado mundial. A Tabela 6 mostra a balança comercial do agronegócio brasileiro, que inclui os produtos

agrícolas, agroindustrializados e seus fatores de produção, mostrando, também, os valores relativos ao conjunto do comércio exterior do País. Cabe esclarecer que, sob a rubrica agrícola, estão computadas as transações com os produtos agropecuários e os produtos agroindustrializados.

Pode-se observar na Tabela 6 que as exportações de bens agrícolas e agroindustrializados (subconjunto agrícola) passaram de US\$ 12,9 bilhões em 1992 para pouco mais de US\$ 20 bilhões em 1997. Entretanto, quando se comparam os períodos de janeiro a setembro dos anos de 1997 e 1998, verifica-se uma redução das exportações da ordem de US\$ 800 milhões. A continuar esse comportamento, pode-se esperar que as exportações, no corrente ano, retornarão ao patamar observado em 1996. Observam-se dois momentos nesse crescimento das exportações: o primeiro, entre 1993 e 1994, quando houve um incremento de cerca de R\$ 3,5 bilhões; e o segundo, concentrado em 1997, com um aumento menor, em torno de R\$ 2 bilhões. Tal comportamento se relaciona, de um lado, à recuperação ocorrida na produção agropecuária após 1993, bastante deprimida pelas dificuldades do período Collor, e, de outro, às vendas de soja e café, sendo que, para o primeiro produto, a isenção do ICMS nas exportações, a partir de 1997, teve papel destacado na excelente performance de suas exportações. Soma-se a isso o comportamento dos preços internacionais, que tiveram uma evolução favorável, especialmente no caso de expressivos produtos da pauta brasileira. Verificou-se que as cotações de café e soja nos mercados internacionais subiram, respectivamente, 34,13% e 7,07% entre 1996 e 1997. De outro lado, observou-se uma queda dos preços internacionais desses importantes produtos, não compensada pelo aumento nas quantidades exportadas entre 1997 e 1998.

As exportações de fatores de produção (fertilizantes, defensivos e máquinas e implementos), de modo similar, apresentaram crescimento, passando, entre 1992 e 1997, de US\$ 225 milhões para US\$ 482 milhões. Comparando-se os períodos de janeiro a setembro de 1997 e 1998, essas exportações situaram-se no mesmo patamar, isto é, ao redor de US\$ 330 milhões.

As exportações do agronegócio aumentaram, nos últimos seis anos, 58,4% em termos de valor, colocando o setor agroindustrial numa posição privilegiada, em termos de desempenho, no cenário do comércio internacional brasileiro. Uma avaliação menos cuidadosa desse desempenho não indicaria problemas de competitividade externa para o agronegócio nacional. Todavia esse comportamento positivo foi contrabalançado pelo crescimento substantivo das importações, que tiveram um incremento ainda maior, de aproximadamente 160% para o mesmo período. Ou seja, as exportações do agronegócio brasileiro cresceram, mas as importações do setor apresentaram um incremento maior.



Tabela 6

Balança de comércio exterior brasileira total, do agronegócio, agrícola (agricultura e agroindústria processadora) e dos fatores de produção — 1992 - set./98

	(US\$ milhões de ago./98)			
DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1994	1995
<b>EXPORTAÇÕES</b>				
Total .....	37 939	40 271	44 901	46 298
Agronegócio .....	13 177	13 928	17 382	18 826
Agrícola .....	12 952	13 682	17 115	18 414
Fatores de produção .....	225	247	267	412
<b>IMPORTAÇÕES</b>				
Total .....	21 786	26 380	34 109	49 748
Agronegócio .....	3 650	4 850	6 525	9 101
Agrícola .....	2 979	4 142	5 580	8 008
Fatores de produção .....	671	707	946	1 093
<b>SALDO</b>				
Total .....	16 153	13 891	10 792	-3 450
Agronegócio .....	9 527	9 079	10 856	9 725
Agrícola .....	9 973	9 539	11 535	10 406
Fatores de produção .....	-446	-461	-679	-681
Exportações agrícolas/total das exportações (%) .....	34,14	33,97	38,12	39,77
Saldo agrícola/exportações agrícolas (%) .....	77,00	69,72	67,40	56,51
Saldo agronegócio/exportações de agronegócio (%) .....	72,30	65,18	62,46	51,66
DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	JAN-SET/97	JAN-SET/98
<b>EXPORTAÇÕES</b>				
Total .....	46 441	51 578	38 622	39 460
Agronegócio .....	18 719	20 866	16 319	15 494
Agrícola .....	18 179	20 384	15 982	15 167
Fatores de produção .....	540	482	337	326
<b>IMPORTAÇÕES</b>				
Total .....	51 839	59 800	44 327	43 273
Agronegócio .....	9 449	9 457	7 116	6 864
Agrícola .....	8 200	7 890	5 946	5 600
Fatores de produção .....	1 248	1 567	1 170	1 264
<b>SALDO</b>				
Total .....	-5 398	-8 222	-5 705	-3 813
Agronegócio .....	9 271	11 409	9 203	8 629
Agrícola .....	9 979	12 494	10 036	9 567
Fatores de produção .....	-708	-1 084	-833	-938
Exportações agrícolas/total das exportações (%) .....	39,14	39,52	41,38	38,44
Saldo agrícola/exportações agrícolas (%) .....	54,89	61,29	62,79	63,08
Saldo agronegócio/exportações de agronegócio (%) .....	49,53	54,68	56,40	55,70

FONTE: IPEA/DIPPP.

NOTA: 1. O agronegócio inclui produtos agrícolas, agroindustrializados e fatores de produção.

2. Os fatores de produção englobam fertilizantes, defensivos e máquinas e implementos.

As importações de matérias-primas, alimentos e produtos agroindustrializados passaram de US\$ 3,0 bilhões para quase US\$ 8,0 bilhões entre 1992 e 1997. Cabe observar que o crescimento das importações ocorreu no período 1992-95, tendo estas, desde então, se mantido no mesmo patamar, com um pequeno recuo em 1997. Para os períodos de janeiro a setembro de 1997 e 1998, houve uma redução das importações agrícolas de pouco menos de US\$ 350 milhões. Para alcançar essa estabilidade, podem ter contribuído a Medida Provisória nº 1.569, que restringiu o financiamento de importações. Igualmente, o pacote fiscal do final de 1997 deve ter contribuído, pois houve uma mudança no cenário da economia brasileira, o que deve ter alterado o nível de importação do setor atacadista e de supermercados. Além disso, contribuiu para esse resultado a queda de 25% nos preços médios de importação de trigo, reduzindo os gastos com as importações desse produto em US\$ 460,7 milhões de 1996 para 1997.

Os fatores de produção, por outro lado, apresentaram uma tendência de crescimento do valor das importações em todo o período, inclusive ao serem comparados os períodos de janeiro a setembro de 1997 e 1998, quando ocorreu um aumento de 8,03%, mesmo com a redução das exportações do setor agroindustrial. É interessante notar que o pico de exportações de produtos agrícolas e agroindustrializados alcançado em 1997 coincide com um aumento significativo das importações de fatores de produção.

Mesmo que uma conclusão definitiva não seja possível sobre a evolução da competitividade do agronegócio nacional a partir do desempenho da balança de comércio do setor, as informações disponíveis até o momento sugerem um certo ceticismo. Ainda que as exportações do agronegócio nacional tenham tido uma mudança de patamar entre 1992 e 1997, não se observam ganhos no saldo da balança comercial do setor agroindustrial, tendo em conta o vertiginoso crescimento das importações. Portanto, o esforço exportador da agricultura, positivo no atual quadro de restrição externa, é contrabalançado pelos mesmos fatores responsáveis pelos déficits em nossa balança de comércio. Ou seja, em razão, de um lado, do processo de abertura comercial (1992-94) e, de outro, da sobrevalorização cambial (1994-97), verifica-se um aumento das compras brasileiras de produtos agrícolas, alimentares e agroindustriais. Assim, os saldos da balança comercial de produtos agroindustriais, nos últimos anos, tendem a permanecer no patamar de US\$ 10 bilhões, que é o padrão histórico brasileiro desde fins dos anos 70. Não há indicações, portanto, de que o agronegócio nacional tenha condições, no quadro atual, de alterar de patamar em termos de saldo de comércio exterior.

Uma indicação mais segura sobre a competitividade da agricultura brasileira é apresentada na Tabela 7, que mostra a evolução das participações das

exportações e das importações nacionais no mercado mundial. Esse é um indicador simples de competitividade revelada. Infelizmente, o último dado disponível é de 1996.

A participação das exportações no total mundial apresenta uma evolução positiva até 1994. Nesse ano, verificou-se uma taxa de variação de 13,12% na participação brasileira. Entretanto, para os anos posteriores, a participação permaneceu praticamente constante. A participação das importações brasileiras no total mundial apresentou uma variação muito mais significativa. Elas passaram de 0,64% para 1,32% no período 1990-96. As taxas médias de variação da participação das importações brasileiras no comércio mundial são superiores ao mesmo indicador para exportações. Aparentemente, o crescimento da participação das importações agrícolas brasileiras está ocorrendo em um ritmo mais rápido que o crescimento da participação das exportações. Essa evidência sugere mais fortemente a perda de competitividade relativa dos produtos agrícolas brasileiros nos anos recentes. O crescimento da produtividade do setor não teria sido suficiente para compensar fatores adversos, como a valorização cambial.

Tabela 7

Participação das exportações e das importações brasileiras no total mundial — 1990-96

(%)

ANOS	PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA		VARIÇÃO ANUAL	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
1990	2,69	0,64	-	-
1991	2,42	0,78	-9,95	21,33
1992	2,54	0,63	5,01	-19,81
1993	2,86	0,94	12,58	49,71
1994	3,24	1,10	13,12	17,18
1995	3,02	1,35	6,75	23,42
1996	3,09	1,32	2,25	-2,59

FONTE: FAOSTAT.

A análise do desempenho da balança de comércio do agronegócio nacional, assim como da participação das exportações e importações agrícolas brasileiras no mercado mundial, não dá indicações de que o setor teria capacidade de incrementar os saldos positivos de comércio internacional. Na medida em que o atual cenário mundial requer que o País gere saldos positivos na balança de comércio em um prazo reduzido, observa-se que a capacidade do agronegócio nacional de incrementar o esforço exportador do País parece limitada, pois não

se verifica uma mudança no patamar de seu saldo de comércio exterior. Isso leva a questionar se o atual quadro de políticas públicas, sejam as relativas ao financiamento da agricultura, sejam as mais diretamente relacionadas à melhoria de sua competitividade, analisadas anteriormente, se mostra consistente com a necessidade de incremento nas exportações do agronegócio brasileiro.

## 4 - Conclusões

O agronegócio nacional enfrentou, nos anos 90, um cenário de intensificação da concorrência. O cenário de abertura comercial e a posterior valorização cambial e as mudanças das políticas públicas para o setor demandaram um esforço não desprezível de ajustamento. Em certa medida, pode-se considerar que a resposta do setor agroindustrial ao novo ambiente econômico foi bem-sucedida, quando comparada ao setor industrial. Do ponto de vista externo, o setor agroindustrial brasileiro continuou gerando saldos positivos de balança de comércio. Entretanto as evidências sugerem relativa perda da capacidade competitiva do setor, ou, pelo menos, um esgotamento da capacidade de o setor ampliar sua competitividade. A possibilidade de o agronegócio aumentar rapidamente sua contribuição ao esforço exportador do País seria reduzida, dado o atual quadro de políticas públicas para o setor.

No caso específico da agricultura, sabe-se que o crescimento da produtividade foi expressivo e foi um dos fatores que compensou a apreciação cambial. Entretanto as taxas de crescimento da produtividade da terra e do trabalho dariam indicações de redução em período mais recente (GASQUES; CONCEIÇÃO, 1997). Trabalho recente do IPEA (MAGALHÃES, 1998) também apontou dificuldades competitivas em várias cadeias agroindustriais, inclusive naquelas em que o País tradicionalmente apresentava vantagens comparativas, como soja, café e suco de laranja. Sem dúvida, a transição do padrão de financiamento do setor agrícola, com menor participação de recursos públicos, e a redução e a instabilidade dos gastos públicos com políticas públicas que afetam a competitividade do setor — como os gastos com os programas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia agrícola — limitam a capacidade do setor de incrementar sua competitividade internacional.

O desafio do agronegócio de manter e ampliar sua competitividade internacional pode implicar uma reavaliação do atual quadro de políticas públicas para o setor, principalmente em se considerando a urgência de redução da vulnerabilidade externa do País. A instabilidade e o montante do investimento público em pesquisa científica e as dificuldades de financiar o setor a custos e em volumes necessários, por exemplo, podem comprometer a competitividade futura do setor. A questão mais de fundo, que deve ser discutida, é a própria consistência das atuais políticas com a necessidade de incrementar o esforço exportador do País.

## Bibliografia

- BARROS, Geraldo S. Camargo (1998). A transição na política agrícola brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., Sober. **Anais**.
- BARROS, José Roberto M.; GOLDENSTEIN, Lídia (1997). Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, p.66, abr./jun.
- BARROS, José Roberto M.; MIRANDA, Evandro F.(1998). Desafios e perspectivas da agricultura. **Preços Agrícolas**, out.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1998). **Os investimentos fixos na economia brasileira nos anos noventa** – apresentação e discussão dos números relevantes. Brasília: CEPAL.
- BURATINI, Ricardo (1998). **Inserção externa e a restrição ao crescimento**. Campinas : Unicamp/Instituto de Economia. (Dissertação de Mestrado).
- GASQUES, José G. ; VILLA VERDE, Carlos M. (1998). **Financiamento da agricultura**: outras alternativas. Brasília : IPEA. (mimeo).
- GASQUES, José G.; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. (1998). **Financiamento da agricultura**. Brasília : IPEA. (mimeo).
- GASQUES, José G.; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R.. (1997). Crescimento e produtividade da agricultura brasileira. **Preços Agrícolas**, v. 11, n. 131.
- GASQUES, José G.et al.(1998). **A competitividade de grãos e de cadeias selecionadas do agribusiness**. Brasília : IPEA. (Texto para discussão, 538).
- HAGUENAUER, Lia; MARKWALD, Ricardo ; POURCHET, Henry(1997). **Estimativas do valor da produção industrial e elaboração de coeficientes de exportação e importação da indústria brasileira (1985/96)**. Brasília : IPEA/ FUNCEX.
- MAGALHÃES, Luís Carlos G. et al. (1998). **Avaliação dos impactos da desoneração do ICMS dos produtos da cesta básica**. Brasília : IPEA. (Estudo especial para o Cotepe / Confaz).
- MELO, Fernando Homem de (1998). Agricultura brasileira nos anos 90: o real e o futuro. **Revista de Economia Aplicada**, v. 2, n. 1, p. 164-181.

PARENTE, Maria Andréia Q. (1997). **Análise de indicadores de competitividade no âmbito do Mercosul**. Brasília : IPEA.

VILLA VERDE, Carlos M. (1997). **Gastos governamentais voltados para a melhoria da produtividade e competitividade da agricultura**. Brasília : IPEA. (Texto para discussão, 531).